

Passo Ruim 1868: as estratégias dos Xokleng nas fronteiras de seus territórios do alto rio Itajaí

Passo Ruim 1868: the strategies of the Xokleng in the borders of their territories in the upper Itajaí River

Lúcio Tadeu Mota* ¹

RESUMO

Na noite de 13 de janeiro de 1868, um grupo de índios Xokleng atacou e matou seis pessoas num lugar chamado Passo Ruim, na Estrada da Mata, próximo da vila de Rio Negro, então província do Paraná, Brasil. O artigo aborda esse acontecimento no contexto das complexas relações sócio-históricas e culturais que permearam o processo de desterritorialização dos Xokleng do alto vale do rio Itajaí do Norte na segunda metade do século XIX. Busca-se a percepção que os Xokleng tinham dos invasores e como desenvolveram estratégias para lidar com eles. Traça-se um panorama da presença dos Xokleng no processo de ocupação da região, mostrando que eles acompanhavam cada passo dos colonizadores em seus territórios e, em seguida, analisam-se os acontecimentos de Passo Ruim, buscando desvendar como o grupo indígena que ali atuava se relacionou com as expedições enviadas em seu encalço, realçando seu protagonismo. Palavras-chave: índios Xokleng; etno-história; fronteiras e populações.

ABSTRACT

On the night of January 13, 1868, a group of Xokleng indigenous people attacked and killed six people at a place called Passo Ruim, on Estrada da Mata near the village of Rio Negro, then the Province of Paraná, Brazil. This event is approached within the complex socio-historical and cultural relations that permeated the process of deterritorialization of the Xokleng in the upper valley of Itajaí do Norte River in the second half of the nineteenth century. Xokleng's perception of the invaders is investigated together with the strategies they developed to deal with them. An overview of the presence of the Xokleng in the process of occupation of the region is given, showing that they followed each step the settlers made in their territories. Afterwards, the events of Passo Ruim are analyzed, trying to find out how the indigenous group acting there was related to the expeditions sent in its pursuit, emphasizing its protagonism. Keywords: Xokleng indigenous; ethno-history; frontiers and populations.

* Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) da UEM. Maringá, PR, Brasil. Itmota@uem.br

Na noite de 13 de janeiro de 1868, um grupo Xokleng atacou e matou seis pessoas num lugar chamado Passo Ruim, na Estrada da Mata, distante sete léguas (42 quilômetros) da vila de Rio Negro, então província do Paraná.

Lá nas várzeas do rio São João, depois de andarem mais de 40 quilômetros desde Rio Negro em direção a Curitibaanos, os tropeiros tinham o costume de fazer seus pousos. Era o local de parada para descanso dos animais, preparo de alimentos no final da tarde e pernoite para no dia seguinte prosseguirem: “Apezar da má reputação dada a este logar pelas repetidas correrias dos bugres, não raro os tropeiros que se dirigiam ou voltavam de Lages e Campos Novos, ahí faziam pouso, tanto mais descuidados quanto menos recentes noticias de tropelias de bugres no sertão” (Ourique, 1899, p.354).

Foi assim, sem muita preocupação, que um grupo de tropeiros que ia de Rio Negro para Lajeadozinho, com a tropa carregada de sal, açúcar e aguardente, resolveu ali fazer pouso: “Pesado devia ser o somno, porquanto haviam passado toda a noite anterior em um fandango, montando pela madrugada e seguindo o caminho, sem haver pregado olho” (Ourique, 1899, p.355).

A notícia desse ataque foi enviada pelo subdelegado de polícia de Rio Negro, o sr. João Bley, ao chefe de polícia da Província, dois dias depois do ocorrido. João Bley foi até o local da tragédia para fazer os exames de corpo de delito e ali deparou com um cenário *pavoroso*. Os corpos de quatro pessoas estavam sem roupas, “quase juntos e todos com os craneos quebrados a cacetete”, virados de bruços com as bordunas que os mataram sobre seus corpos. Isso levou o subdelegado a concluir que na hora do ataque eles estavam dormindo e não tiveram tempo de reagir. Mais distante estava o corpo de outro tropeiro, ainda com as roupas, e o corpo do menor João, ao que parece os únicos que ainda tentaram fugir da emboscada preparada pelos índios. Os tropeiros Francisco Carvalho, Benedito José Fernandes, José Mariano dos Santos, João Manoel Ribeiro, o menino João e a menina Generosa foram trucidados, tiveram suas cabeças esmagadas pelos golpes das bordunas de quatro quinas e sete palmos (em torno de 1 metro e meio) de comprimento que foram deixadas sobre seus corpos e recolhidas pelo delegado Bley, que as contou em número de 13 (Bley, 17 jan. 1868, p.183-185).

Avaliando o cenário da tragédia, concluíram que o ataque se deu ao anoitecer, logo depois de a tropa ter chegado: “Assim foi que pelo estado do feijão meio cozido e sem agua, e do fogo apagado e com pouca cinza” (Ourique, 1899, p.355). O corpo do menino João estava um pouco distante do centro do acampamento porque ele tinha ido em busca de água. Nenhum sinal indicava ter

havido alguma reação por parte dos homens da tropa. Foram massacrados de forma rápida e sem chance de revide.

As mercadorias que eram transportadas – cachaça, sal e açúcar – estavam derramadas de seus recipientes no campo do pouso, e as 18 cangalhas e os arreamentos dos animais estavam espalhados em completa desordem. Os índios tiraram as ferragens existentes nas cangalhas e nos barris de cachaça, apossaram-se das armas e fugiram com o que puderam carregar.

O subdelegado de Rio Negro esteve no Passo Ruim no dia 15 de janeiro, fazendo os exames de corpo de delito. No dia 17 escreveu seu relato e o enviou à Secretaria de Polícia em Curitiba, que o retransmitiu ao presidente da Província no dia 19. Nesse mesmo dia, o presidente José Feliciano Horta de Araújo despachou ordens ao comandante da Guarda Nacional da Vila do Príncipe para destacar dez guardas nacionais na freguesia de Rio Negro, conforme o pedido do delegado Bley, para auxiliá-lo na defesa e realizar explorações necessárias nas imediações. Ainda ordenou que seguisse o mais breve possível para Rio Negro o experimentado sertanista Joaquim Francisco Lopes para auxiliar o delegado João Bley (Araújo, 1868, p.2).

Esse acontecimento foi o principal assunto de conversas, por um longo período, em todas as freguesias, vilarejos e vendas da região ao longo da Estrada da Mata. O engenheiro Teodoro Ochs, responsável por medição das terras na região do rio Preto, informou ao presidente Horta Araújo que em razão desse ataque ele estava com dificuldades em contratar trabalhadores para abrir as picadas para medição das terras (Ochs, 1868, p.1-2).

A ocorrência também repercutiu na imprensa curitibana e nacional, e o presidente da Província, José Feliciano Horta de Araújo, incorporou-a ao seu Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da 1ª sessão da 8ª Legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1868.²

O ataque dos índios aos tropeiros em Passo Ruim será aqui abordado no contexto das complexas relações sócio-históricas e culturais que permearam o processo de desterritorialização dos Xokleng do alto vale do rio Itajaí do Norte e do rio Negro na segunda metade do século XIX.

Evitar-se-á a armadilha da história polarizada que simplifica as relações entre as populações indígenas e a sociedade nacional, sem esquecer que havia uma guerra de fronteira nessa região, destacando-se o protagonismo Xokleng na luta pela manutenção de suas vidas e contra o esbulho de seus territórios.

A ancoragem teórico-metodológica que sustenta a análise advém das reflexões sobre a história dos povos indígenas realizadas a partir da matriz norte-americana e iniciadas com a Conferência de História Indígena de Columbus

(Ohio, EUA) em 1953, e das contribuições de historiadores e antropólogos que colocaram essa questão na pauta acadêmica brasileira a partir da década de 1980.³

Assim, a ação dos Xokleng em Passo Ruim será focalizada fazendo uso combinado de diversas fontes: dados arqueológicos sobre a região do alto Itajaí e Rio Negro, informações etnográficas sobre o Xokleng, documentação do governo provincial do Paraná, noticiário jornalístico da época e obras dos historiadores regionais, destacando o indígena como sujeito histórico, como indica John Monteiro:

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ... Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam. (Monteiro, 1999, p.248)⁴

ANTIGUIDADE DOS XOKLENG NOS TERRITÓRIOS DO ALTO ITAJAÍ E RIO NEGRO

Aryon Rodrigues (1986) coloca as línguas kaingang e xokleng no conjunto da Família Jê. Não obstante ainda não se saber o momento preciso da chegada dessas populações aos estados do Sul do Brasil, estabelece-se a hipótese de que grupos falantes do proto-Kaingang/Xokleng tiveram suas origens entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, e migraram para o Sul por volta de 3.000 anos antes do presente (AP) (Urban, 1998, p.90).

De forma geral, os estudos etnológicos sobre os Kaingang e os Xokleng reafirmam características socioculturais que os vinculam aos povos falantes do tronco linguístico Jê do Brasil Central. Reafirmam características socioculturais comuns como: divisão em metades clânicas, pinturas corporais identificando essas metades, mitos de origem relacionados a essas metades, reciprocidade entre as metades, exogamia, residência uxorilocal e casamento entre primos cruzados, dentre outras.⁵

As pesquisas paleoclimáticas do Holoceno tardio (Iriarte; Behling, 2007) indicam que a ocupação da região Sul do Brasil por populações ceramistas da tradição arqueológica Taquara/Itararé está associada com a expansão da floresta de Araucária, resultante de condições climáticas mais úmidas na região, entre 1.410 e 900 anos AP, o que coincide com as datações obtidas pela arqueologia.

Pesquisadores que trabalham com dados integrados (arqueologia, etnografia, história, linguística e outros) conectam as populações produtoras de artefatos cerâmicos do Planalto Sul-Brasileiro, definidas pela arqueologia como Tradição Itararé, Casa de Pedra e Taquara, apontando-as como os ancestrais dos Kaingang e Xokleng.⁶

E as pesquisas arqueológicas realizadas no alto rio Itajaí do Norte e afluentes do rio Negro reforçam essa conexão. Nos divisores de águas dos rios Preto e Itapocu encontra-se o abrigo Ruckl, conhecido como *cemitério dos botocudos*. Nesse local, o engenheiro Fernando Oppitz, que fazia medições das terras do-tais da princesa Isabel e do conde D'Eu em 1886, encontrou restos esqueléticos de nove indivíduos, homens, mulheres e crianças, devidamente dispostos em covas e envoltos em cinzas, o que o fez supor terem sido cremados antes de serem ali colocados.⁷ E Jacques Ourique descreveu a técnica de cremação e enterramento dos mortos: “Para esta cremação, collocam o corpo em uma área circular de terreno, previamente preparado e pisado, e sobre elle formam uma pilha conica de madeiras unidas na extremidade superior. Acesa a fogueira esperam que esteja tudo reduzido a cinza e, então, enterram estas cinzas em uma pequena sepultura” (Ourique, 1899, p.350).

Essa prática de sepultamentos cremados foi relatada de forma mais esmiuçada por José Maria de Paula (1924, p.126), que teve intenso contato com os Xokleng nessa região entre 1914 e 1922.⁸

Na década de 1960, Walter Piazza realizou pesquisas arqueológicas na confluência do rio Plate com o Itajaí do Norte, onde hoje estão a Terra Indígena Ibirama e o antigo Posto Indígena Duque de Caxias, e lá identificou um sítio cerâmico onde coletou 215 fragmentos similares aos definidos pela arqueologia como Tradição Itararé e Taquara.⁹

Esses vestígios de cultura material (enterramentos cremados e cerâmica) comprovam a presença das populações Xokleng ou seus ancestrais na região há pelo menos 1.500 anos¹⁰ ou talvez mais, como supõem os estudos linguísticos.

A historiografia regional também está repleta de descrições sobre a presença dos Xokleng na região. Ela é farta em descrever as ações e os embates entre os colonizadores e os Xokleng. Somente para a região de Blumenau José Deeke contabilizou 41 mortos e 22 feridos pelos assaltos dos Xokleng no período de 1855 a 1914 (Deeke, 1967, p.132).

Evidenciada a antiguidade da presença dos Xokleng na região do alto Itajaí, será abordado o *modus operandi* das expedições de João Bley e de Joaquim Francisco Lopes, encarregadas de procurar o grupo Xokleng que

atacou os tropeiros, e em seguida será exposto o modo como os Xokleng lidaram com essas duas expedições.

A ESCOLTA PUNITIVA DO SUBDELEGADO DE RIO NEGRO, JOÃO BLEY

A morte dos tropeiros em Passo Ruim, no dia 13 de janeiro de 1868, levou o presidente da Província paranaense José Feliciano Horta de Araújo a tomar duas providências: a primeira foi ordenar ao comandante da vila do Príncipe que colocasse à disposição do subdelegado da freguesia do Rio Negro dez guardas nacionais que deveriam proteger a localidade e proceder a explorações nas imediações do ocorrido para evitar novas “correrias” dos índios; a segunda foi convocar o experimentado sertanista Joaquim Francisco Lopes para auxiliar o subdelegado de polícia de Rio Negro nessas tarefas.

Lopes havia sido exonerado do aldeamento de São Jerônimo em outubro de 1867, e estava à disposição das autoridades do Império e da Província para tarefas que requeressem sua experiência acumulada no trato com os indígenas desde os anos 1840, a serviço do barão de Antonina.

Atendendo à convocação, Lopes teve uma audiência com o presidente da Província do Paraná em 21 de janeiro de 1868 e recebeu estas instruções: deveria seguir para Rio Negro, onde se encontraria com o subdelegado de polícia para obter deste todas as informações sobre o massacre do Passo Ruim; proceder a explorações nas vizinhanças da Estrada da Mata para certificar-se da presença ou não dos indígenas; caso descobrisse os caminhos seguidos pelos índios após o massacre, deveria requisitar do subdelegado a força necessária para ir em seu encalço; em caso de encontrar os alojamentos dos índios, deveria proceder da maneira mais conveniente, tendo em conta a “benevolência e moderação em que se deve guardar para com os selvagens, só empregando força e violência se forem absolutamente necessárias” (Araújo, 1868, p.2); caso fosse possível, convencê-los a aldearem-se; por último, se encontrasse o engenheiro Theodoro Ochs, deveria auxiliá-lo nos serviços de demarcação de terras para o governo do Império nas margens do rio Negro; por fim, deveria prestar contas de forma detalhada, ao presidente Horta Araújo, de todas as ocorrências e solicitar as providências necessárias.

Com as instruções tomadas, Lopes rumou à freguesia de Rio Negro para se encontrar com João Bley, então subdelegado de polícia daquela localidade. Mas antes de partir, fez publicar no principal jornal de Curitiba uma lista dos serviços que havia prestado ao país desde 1829, quando participou de explorações de vastas regiões nas províncias de Minas Gerais, São Paulo, Mato

Grosso e Paraná, e a confiança que nele depositavam S. M. o Imperador e o barão de Antonina (Lopes, 1868, p.2-3). Parece que, prevendo as dificuldades que encontraria no cumprimento das tarefas a ele atribuídas, quis com essa publicação mostrar que era o homem talhado para a missão e tinha apoio de autoridades do Império, ao qual estava ligado o serviço de catequese e civilização dos índios.

No dia 28 de janeiro, Lopes informou ter chegado à freguesia de Rio Negro, estando disposto a iniciar as explorações assim que recebesse os “auxílios que certamente” o subdelegado de polícia lhe prestaria. Já havia notificado o subdelegado, exigindo-lhe as providências para sua expedição (Lopes, 30 jan. 1868, p.21), e o informou de novas ameaças que os Xokleng tinham feito no dia 27 ao tropeiro Vitor de Pinho Ribas, na localidade de Rodeio Grande, conforme este lhe relatara (Lopes, 30 jan. 1868, p.22).

No entanto, o subdelegado João Bley tinha outra estratégia para lidar com os índios e não estava disposto a se subordinar a Lopes. Informou-o que já havia armado uma expedição, e que ela partiria naquele dia 30 de janeiro de 1868 em direção a Passo Ruim, para ali seguir os rastros dos Xokleng até encontrá-los, e se Lopes quisesse, deveria reunir-se a ela. A comitiva formada por João Bley compunha-se de 31 homens fortemente armados. Além de não se subordinar às ordens e à estratégia de Lopes, não lhe fornecer os meios necessários – homens, armas, munições, transporte e alimentos –, o subdelegado quis colocá-lo sob suas ordens, e respondeu às solicitações de Lopes da seguinte forma:

em resposta devo-lhe dizer-lhe que se Vm.ce puder seguir amanhã ou depois, levando daqui alguma gente, vá se reunir a partida que hoje segue para o passo ruim, e com ella vá athe o Lageadinho fazendo pequenas entradas nas mattas próximas e aos Rodeios em que os tropeiros mais costumão a pozar, e ahi se indicar dos vestigios e reconhecer-se com effeito tentão os selvagens atacar... (Bley, 30 jan. 1868, p.23)

Com mais de 30 anos de lida nos sertões com indígenas de várias etnias e acostumado a tratar com autoridades superiores como presidentes de províncias e o barão de Antonina, Lopes juntou o Ofício de Bley aos seus e os enviou ao presidente do Paraná, e ficou aguardando novas ordens em Rio Negro. Esperou dois dias, quando em um novo comunicado informou ao presidente Horta Araújo que estava seguindo “para a Matta do sertão munido de competente escolta” (Lopes, 2 fev. 1868, p.45).

Acompanhado de cinco homens, Lopes seguiu até o local do ataque no Passo Ruim. Ali fizeram o reconhecimento do local e retornaram à estância da Estiva, ponto de apoio da expedição. Em 11 de fevereiro, apresentou-se na Estiva a escolta do subdelegado João Bley. Ela trazia ordens da subdelegacia de Rio Negro que contrariavam as instruções recebidas do presidente da Província, de tentar atrair os Xokleng por “meios brandos e suaves” (Lopes, 17 abr. 1868, p.273). Sabedor do modo como as autoridades locais lidavam com os indígenas, formando grupos de bugreiros para exterminá-los, Lopes, que não se reportava ao subdelegado e não tinha intenção de empregar métodos violentos contra os Xokleng, suspendeu sua expedição, enquanto os homens do subdelegado João Bley embrenharam-se na mata em perseguição aos Xokleng.

Joaquim Francisco Lopes e seus homens retornaram à freguesia de Rio Negro e ele levou em mãos ao subdelegado as ordens que o chefe da Polícia do Paraná lhe havia dado, e solicitou verbalmente de Bley 12 homens para que pudesse completar sua missão. O subdelegado Bley desconversou e disse que só poderia lhe fornecer homens quando do regresso da escolta que enviara em perseguição dos Xokleng. Lopes, então, comunicou ao presidente da Província que estava aguardando o retorno da escolta de Bley para iniciar suas diligências (Lopes, 2 mar. 1868, p.95) e novamente oficiou o subdelegado de Rio Negro solicitando reforços:

Tivemos *porem*, em respostas frívolas evasivas e a declaração de não ter ordens para prestar-nos gente. Convencido de que não obteríamos auxilio dessa autoridade, socorremo-nos da coadjuvação do Sr. Tenente Francisco Xavier de Assis, Administrador do registro, que nos foi eficaz pois conseguimos 14 homens adaptados para tal diligencia aos quaes adiantamos a quantia de 30\$000 a cada um. (Lopes, 17 abr. 1868, p.273)

Tendo clareza de que o subdelegado João Bley não o apoiaria e tudo faria para não cumprir as ordens vindas da capital, Lopes procurou o administrador do Registro de Rio Negro com as ordens do presidente da Província autorizando-lhe crédito de 1:448\$400 (um conto, quatrocentos e quarenta e oito mil e quatrocentos réis) junto à Coletoria de Impostos daquela localidade, para suprir as despesas da expedição.¹¹ Com esses recursos, Lopes organizou sua expedição: contratou 14 homens que receberam adiantados 30\$000 (trinta mil réis) cada um, e preparou a logística da sua expedição com animais de carga, alimentos, armas, munições e objetos para presentear os índios. Isso aguçou a

atenção do subdelegado Bley, que enviou uma conta do mesmo valor ao presidente da Província, buscando ressarcimento e argumentando ser o que fora gasto com a escolta que enviara em perseguição aos Xokleng.

Essas desavenças com as autoridades e os poderes locais de Rio Negro dificultariam o trabalho de Lopes mais adiante, quando ele voltou à região em 1875 para instalar a Colônia Indígena de São Tomás de Papanduva. As discordâncias entre as elites locais e as autoridades do Império sobre a implantação de políticas para o trato com os indígenas foram uma constante em toda a Província do Paraná desde a sua instalação, em 1853. Tanto que o barão de Antonina, representante do Império na criação de Colônias Indígenas no Paraná, não conseguiu estabelecer nenhuma delas nas áreas de campos no centro-sul da província, onde estavam instalados os grandes proprietários de fazendas de gado.¹²

Haviam-se passado 47 dias desde o ataque aos tropeiros, ocorrido em 13 de janeiro de 1868, e um mês desde a entrada da escolta de João Bley em perseguição aos Xokleng. Lopes, que continuava em Rio Negro, escreveu ao presidente Horta Araújo informando que aguardava o regresso da primeira escolta para entrar no sertão com a sua. Ele não queria se misturar com os homens do subdelegado, nem se responsabilizar pelas represálias aos Xokleng que eles porventura viessem a perpetrar.

A espera durou até o dia 7 de março, quando João Bley informou ao chefe de polícia da Província, Carlos Augusto Ferraz de Abreu, que sua escolta havia regressado da mata naquele dia. Tendo partido de Rio Negro no dia 30 de janeiro de 1868, em 11 de fevereiro encontrou-se com Lopes na estância da Estiva, próxima ao local do assalto no Passo Ruim. Dali, havia rumado 10 léguas (66 quilômetros) em direção a leste e uma légua em direção ao sul, quando foi surpreendida nas armadilhas dos Xokleng e teve vários homens feridos. Não encontraram os Xokleng, mas encontraram suas trilhas e contabilizaram vinte *boldos* (aldeias) com 10 a 12 ranchos em cada um deles, o que levou o subdelegado a supor que havia “um grande número de famílias” vivendo naquela região (Bley, 7 mar. 1868, p.73).

Pela trajetória, é possível supor que a escolta chegou aos interflúvios que separam as nascentes dos rios São João e São Lourenço do rio Negrinho, local do *boldo* (aldeia) protegido por fojos onde membros da escolta caíram. Nesse trajeto, só encontraram aldeias vazias porque os Xokleng, que monitoravam o deslocamento dessa tropa, as evacuaram.

A escolta punitiva do subdelegado não encontrou os Xokleng e teve de regressar a Rio Negro com três homens feridos. E João Bley reconheceu a

Lopes ter sido ela “infeliz porque nada conseguiu sobre os selvagens, antes sofreu trabalhos carregando os que caíram nos fojos preparados pelos selvagens nas imediações de um alojamento despovoado”. A informação de Lopes foi de que houve seis feridos e não apenas três (Lopes, 7 mar. 1868, p.72).

A escolta do subdelegado João Bley, além de não ter cumprido sua missão de punir os índios, consumiu um montante de recursos de 1:142\$400 que se dividia da seguinte forma (Bley, 1 mar. 1868, p.239-244):

Pagamento de 31 homens por 26 dias de trabalho a mil réis por dia	806.000
Pago a Martinho Mader pelo fornecimento de 20 quilos de pólvora e chumbo, seis vidros de tintura de arnica, mil espoletas e 20 alqueires de farinha	158.400
Pago a Leonardo Ruths pelo frete de 14 cargueiros de mercadorias de Rio Negro a Passo Ruim	56.000
Pagamento a Theodoro Petrus pelo fornecimento de 30 arrobas (450 quilos) de carne seca e 3 alqueires de farinha	102.000
Pago a Leonardo Ruths pelo fornecimento de 10 medidas de aguardente	20.000
Total:	1.142.400

Diante dessa conta, o presidente da Província solicitou que a encaminhasse para Joaquim F. Lopes, para que este o informasse sobre tais despesas. A resposta de Lopes foi esta:

direi a V. Exa. que a força de 31 homens que figuram na dita escolta não foi por mim requisitada, foi ella por deliberação do subdelegado e tanto que naquella ocasião me achei nessa cidade solicitando de V. Exa novas ordens para poder executar as instruções que V. Exa me havia dado para a diligencia na matta e que não havia cumpridas por falta de auxilio, que deixou de prestar-me o referido subdelegado, não obstante as ordens terminantes do Exmo Chefe de Policia. (Lopes, 2 maio 1868, p.236)

Novos pedidos de pagamentos foram feitos, muitos officios percorreram a burocracia interna do governo provincial, e até agosto de 1868 João Bley ainda não havia conseguido ressarcimento dessas despesas.

A EXPEDIÇÃO DE CONTATO DE JOAQUIM FRANCISCO LOPES

Depois de se recusar a acompanhar a escolta do subdelegado João Bley, e esperar pacientemente o seu retorno, finalmente no dia 24 de março de 1868 Joaquim Francisco Lopes conseguiu colocar sua expedição no rastro dos Xokleng em Passo Ruim. Haviam-se passado 70 dias desde o ocorrido com os tropeiros, em 13 de janeiro de 1868. Nesse ínterim, Lopes já estivera no local do ocorrido, na primeira quinzena de fevereiro, e lá reconheceu os vestígios deixados e o rumo tomado pelos indígenas.

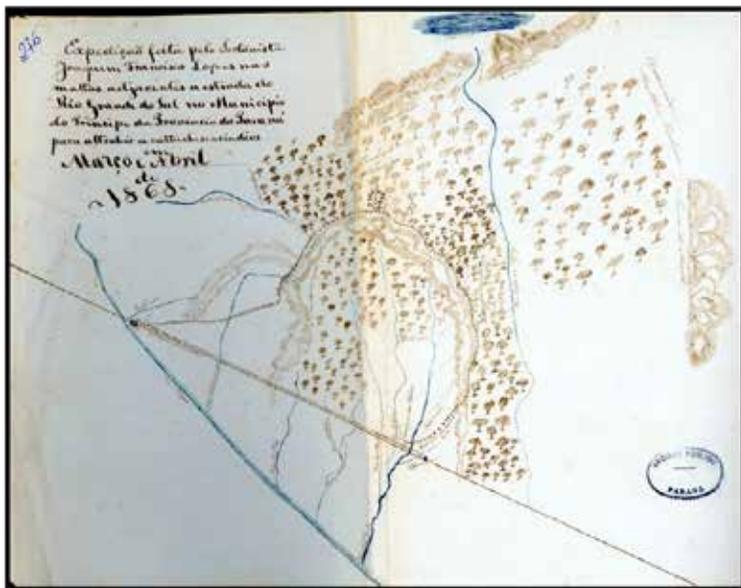
Em companhia de 14 homens entrou em direção sul e cruzou o ribeirão São João, próximo ao pouso Passo Ruim. Nas vertentes do São João, a comitiva de Lopes começou a perceber os sinais da presença dos Xokleng, como escreveu Lopes:

Atravessamos o ribeirão São João e subimos pelas margens de seus ramos denominados “*Faxinaes*”, onde encontramos vestígios de bombeiros dos selvagens. Buscamos as vertentes do São João e descobrimos as travessias (caminhos ou carreiros) dos índios e toldos abandonados; e em um deles os signaes de que alli tinhão preparados os porretes com que cometerão os assassinatos do Passo Ruim. (Lopes, 17 abr. 1868, p.273)

Também anotou Lopes que sua expedição estava sendo observada, pois havia vestígios dos *bombeiros*, espias Xokleng, que acompanhavam a expedição em todo o trajeto, como, com certeza, haviam feito com a escolta de João Bley. A diferença é que Lopes sabia quando estava sendo observado, reconhecia os sinais da presença de espias indígenas, enquanto os homens da escolta do subdelegado Bley não tinham essa percepção, por isso, apesar de terem encontrado vinte toldos indígenas, não conseguiram ver nenhum Xokleng – invisíveis para eles.

No local onde foram preparados os porretes, a expedição deixou machados e formões como brindes, encetando dessa forma a estratégia traçada por Lopes de atrair os Xokleng por meios pacíficos. Enquanto a escolta de Bley tinha caráter punitivo, pois levava um grande contingente de homens fortemente armados com capacidade de mil tiros, a de Lopes certamente também estava armada, mas levava objetos para presentear os indígenas como forma de estabelecer contato.

Figura 1 – Mapa da expedição de Joaquim Francisco Lopes nos territórios Xokleng do alto rio Itajaí, em 1868.



Fonte: Lopes, 17 abr. 1868, p.276.

No dia 27 de março, subiram as vertentes do rio São João em direção sul, no rumo dos espigões onde nascem os formadores do rio Itajaí, provavelmente onde hoje se encontra a cidade de Papanduva, ponto mais alto entre as várzeas do rio São João e as nascentes do Itajaí: “Aproveitando a elevação do terreno examinamos os contornos. De cima da copa de uma árvore alta divisamos o curso do Tajahy, o corte que faz na serra do mar ... e o serro do Taio a 20 léguas aproximadamente” (Lopes, 17 abr. 1868, p.274).

Nesse platô onde pernoitaram, continuaram a encontrar sinais frescos dos espias Xokleng, e ao cair da noite ouviram gritos dos índios que se comunicavam. Durante a noite tentaram comunicar-se com os batedores Xokleng, mas sem êxito. Na partida deixaram ferro de presente. Os batedores Xokleng, chamados por Lopes de *bombeiros*, vinham seguindo a expedição desde o rio São João.

Quatro dias depois, em 31 de março, depois de percorrer os divisores das águas do rio Itajaí e dos riachos afluentes do São João, encontraram os *fojos*, as armadilhas preparadas pelos Xokleng onde tinham caído homens da escolta de Bley.

Erão estas armadilhas de 15 palmos de circunferencia eriçadas de estacas, lanças e espetos, em que se vião ainda o sangue dos que tinhão cahído.

Proximo a este mundéo a direita estavam duas trincheiras de madeira e pinho e a terra proveniente das escavações dos fojos, a esquerda um trilho seguido, e ao centro das covas artificiosas dous toldos despovoados. (Lopes, 17 abr. 1868, p.274)

A expedição de Lopes mudara de direção, de sul para leste, e assim percorreu os espigões que dividiam as nascentes do rio Itajaí ao sul, os formadores do São João a norte e oeste, e o rio Negrinho a leste, possivelmente no traçado da atual SC-477, que liga Papanduva a Paraguaçu e Itaiópolis. Situados em altitudes entre 900 e 1.000 metros, esses platôs eram repletos de pinheiros (*Araucaria angustifolia*) e cobertos de taquarais (*Bambusa taquara*). Neles os Xokleng tinham suas aldeias protegidas, conforme a descrição de Lopes. As casas estavam protegidas em toda a sua volta por armadilhas (fojos) de 15 palmos (3,3 m) de circunferência, e ao seu lado ficavam as trincheiras de madeira e terra. Eram as mesmas armadilhas em que os homens do subdelegado de Rio Negro haviam caído, por não as terem percebido. Em seu relatório ao presidente da Província, João Bley também as descreveu: “encontrarão uma fortaleza feita de madeira com muita solidez, era um parapeito de ambos os lados do trilho e adiante desse parapeito existe nove fojos, grandes buracos contendo no fundo muitas ... apontadas, e em cima é coberto com aterro falso sobre o qual plantam ervas e outros matos a não aparecer indícios de mineração” (Bley, 7 mar. 1868, p.73).

Totalmente camufladas, as armadilhas dos Xokleng surpreenderam os homens da escolta: “Ao passar a escolta tres homens foram victimas dessa terrivel cilada, e todos os tres ficarão gravemente feridos, um cahindo sobre um desses paos introduziu a ponta na popa da bunda e sahio nas cadeiras e dos outros dous varou os pés de baixo até em cima que ficarao de todo impossibilitados de andarem” (Bley, 7 mar. 1868, p.73).

Essa emboscada desestruturou a escolta, e ela teve de retornar ao campo da Estiva carregando, por 10 dias, em redes, os homens feridos.

José Maria de Paula, que foi Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Sul do Brasil e esteve com os Xokleng na região de Palmas no Paraná e Rio Plate em Santa Catarina, entre 1912 e 1922, escreveu que eles protegiam suas aldeias e acampamentos de caça com trincheiras que eram guardadas à noite por guerreiros experimentados, e com “profundos fójos, de até dois metros e mais, crivados de agudíssimas estrepes nas paredes, fixando ainda em seu centro uma lança” (Paula, 1924, p.123-124). E quem caísse numa dessas armadilhas

certamente teria uma morte horrorosa. Eram tão bem disfarçadas que até os próprios índios desavisados poderiam nelas cair: “Assim, sucedeu no Posto (Rio Plate), nos primeiros dias após a pacificação, o lamentável incidente de cair um índio, que á noite chegara ao acampamento, vindo de outro lugar, em um desses fojos, falecendo poucas horas depois, em consequencia dos horriveis ferimentos que lhe tinham dilacerado o corpo” (Paula, 1924, p.124).

A expedição de Lopes explorou o *toldo* guarnecido dos Xokleng, e nele tiveram novamente a oportunidade de ouvir “grossas vozes” de um índio que os advertia para saírem dali. Procuraram atraí-lo com toques de buzina. Depois de depositar os brindes no *toldo*, seguiram de volta ao acampamento da expedição, no que foram seguidos pelo Xokleng, que “continuou a nos falar até enrouquecer”, e só emitiu sons de satisfação após recolher os brindes deixados por Lopes.

No amanhecer do dia 1º de abril, foram acordados com “toques de bombo”¹³ e ouviram uma voz diferente, possivelmente de outro espia que os vigiou à noite. Visitaram as armadilhas novamente, e ali no centro, onde estavam as casas, deixaram outros brindes e ouviram outro índio que lhes falava com tons de alegria.

Recolheram os apetrechos do acampamento e iniciaram a retirada de volta para Rio Negro, mas antes deram de presente a buzina para o índio que falara com eles no dia 31. No caminho de volta, que não foi o mesmo da ida, caminharam por espigões repletos de trilhas indígenas e com vários toldos abandonados nas cabeceiras do Rio São Lourenço. Chegaram à freguesia do Rio Negro no dia 11 de abril de 1868, depois de terem percorrido, da Estância da Estiva até Rio Negro, 21 léguas (147 quilômetros).

Com estratégia diferente da adotada pela escolta de João Bley, a expedição de Joaquim F. Lopes procurou estabelecer com os índios alguma forma de comunicação e atraí-los com os presentes deixados nas trilhas e nas aldeias aparentemente abandonadas. Lopes não relatou nenhuma ocorrência conflituosa com os indígenas e concluiu: tinham grande necessidade de instrumentos de ferro; começava a perceber escassez de caça na região e, caso houvesse pouco pinhão na próxima temporada (abril a junho), acoçados pela fome, os indígenas poderiam intensificar seus ataques aos viajantes e aos moradores da frente de ocupação. Sugeriu então ao presidente da Província uma segunda expedição, pois ainda tinha mantimentos e já pagara, adiantado, os membros da sua escolta. Solicitou apenas novos recursos para compra de ferramentas, missangas e algum outro artigo para presentear os Xokleng que, a seu ver, tinham mais aldeias fixas nas margens do alto Itajaí.

Em seguida, dando prosseguimento aos trabalhos de atração dos Xokleng, Lopes informou que no dia 25 de abril recebera da Tesouraria da Província os recursos destinados à compra de novos brindes. Os objetos haviam sido encaixotados, e ele informou que no dia seguinte (26 de abril) deveria seguir para Rio Negro (Lopes, 25 abr. 1868, p.268). Alguns dias depois, já em Rio Negro, informou que os brindes tinham sido levados por três bestas do tenente Francisco Xavier de Assis – que não quis cobrar o aluguel por elas –, e que havia instruído os homens que o acompanhariam na nova expedição a entregarem *em mãos* os presentes aos índios (Lopes, 7 maio 1868, p.228).

Os dados das duas expedições, Bley e Lopes, apresentam o desenho de como os Xokleng manejavam seus territórios: uma aldeia central, protegida por trincheiras e covas, onde realizavam seus rituais, e uma série de aldeias provisórias que construíam conforme faziam seus deslocamentos em determinada área, no manejo dos recursos naturais ali existentes. Essa configuração é confirmada por Jacques Ourique: “seus ranchos ... são provisórios e em lugares incertos. Feitos de varas que muitas vezes nem cortam, contentando-se em arcá-las e até-las pelas extremidades superiores, são cobertos de jerivá, jissará, ou mesmo de ramos de arbustos”. A forma como as famílias se acomodavam nesses ranchos também foi descrita: “Pela disposição dos fogos, cujos vestígios se tem podido observar, costumam deitar-se com os pés voltados para o meio do rancho, ateando pequenas fogueiras nos intervallos que ficam entre as solas de duas fileiras de dormentes”. Essa forma de acomodação é similar à dos Kaingang, que utilizavam nós de pinho para manter essas fogueiras acesas por longos períodos. Jacques Ourique também ouviu ser voz corrente entre os sertanejos das cercanias dos rios Negro e Iguaçu a informação de que os Xokleng tinham, além dos ranchos provisórios, “um grande toldo no coração das matas, onde tem seu quartel general, sua maloca com plantações de cereaes, ranchos bem feitos e até forjas” (Ourique, 1899, p.350).

AS ESTRATÉGIAS DOS XOKLENG NA LIDA COM OS INVASORES DE SEUS TERRITÓRIOS

Os Xokleng não estavam impassíveis vendo as serras e o planalto onde viviam serem invadidos. Nem eram apenas reagentes a esse processo – muito mais que isso, desenvolveram estratégias para lidar com a gama de invasores de seus territórios. Desenvolveram formas de enfrentamento às frentes de

expansão que demonstram e evidenciam sua dinâmica, sua atuação como sujeitos ativos desse processo histórico:

O conhecimento dos invasores de seus territórios

Os Xokleng não desconheciam seus vizinhos brancos que caçavam em suas matas e faxinais. Com eles tinham até certos pactos, como não se apropriar da caça um do outro quando corriam, perseguiram uma mesma anta, um cervo ou porcos do mato: “Apesar de tacita é esta convenção muito respeitada segundo me afirmaram experimentados caçadores de antas” (Ourique, 1899, p.351). Eram de uma “intelligencia agreste” moldada por gerações e que se manifestava na sagacidade, astúcia e paciência. Atributos que lhes permitiam conhecer “os nomes de todos os habitantes das immediações do sertão, e conservam por longos annos a physionomia das pessoas que tenham visto uma vez” (Ourique, 1899, p.353).

Invisibilidade e não estabelecimento de contatos

Uma das estratégias utilizadas no trato com os invasores era a da invisibilidade. Com base na avaliação que faziam do invasor, não se expunham a ele. Esse foi o caso da escolta de João Bley. Apesar de terem encontrado vinte aldeias, em nenhuma delas viram os indígenas – para os homens da escolta elas estavam “todas despovoadas”. Com certeza os Xokleng acompanharam e avaliaram as intenções da escolta: um grupo de 31 homens fortemente armados, colocados em seu encaço logo após o ataque a Passo Ruim, certamente não tinha a intenção de fazer contatos amistosos, e sim de vingar as mortes dos tropeiros, por isso o estratagema de esvaziarem as aldeias e tornarem-se invisíveis à escolta – e é bem possível que até conhecessem alguns dos integrantes da escolta. Essa estratégia foi percebida e comunicada ao subdelegado, o qual escreveu que seus homens “encontravão sempre nesses tordos grandes difficuldades em indireitar o rasto”. Isso porque na escolta de Bley não devia haver nenhum batedor especializado em seguir rasto de índios, e porque sentindo-se ameaçados, os Xokleng começaram a “andar sobre o lado externo dos pés para occultar o rasto” (Ourique, 1899, p.149), e também porque a cada aldeia eles faziam o trabalho de eliminar os vestígios que indicassem a direção tomada.

Proteção das aldeias permanentes

José Maria de Paula informou a disposição das moradias das aldeias Xokleng no Rio Plate: dispostas “regularmente em linha, agrupadas paralelamente de oito a oito, formando assim o acampamento” (Paula, 1924, p.122). Nas aldeias onde permaneciam por mais tempo para realização de festas rituais, coleta de pinhões e outras atividades, construíam seus ranchos com mais perfeição e capricho, em maior tamanho: “Nestes grandes ranchos, habitam varios casaes pertencentes a mesma família” (Paula, 1924, p.122). Esses acampamentos fixos eram protegidos contra o ataque de invasores com “profundos fôjos, até dois metros e mais, crivados de agudissimos estrepes nas paredes, fixando ainda em seu centro uma lança” (Paula, 1924, p.123-124).

Além das armadilhas que envolviam as aldeias, elas também estavam guarnecidas por espécies de muros. Foram essas estruturas que a escolta de João Bley encontrou ao chegar à vigésima aldeia, um acampamento fixo Xokleng nos divisores de águas dos rios São João, São Lourenço e Negrinho: “encontrarão uma fortaleza feita de madeira com muita solidez, era um parapeito de ambos os lados do trilho, e adiante deste parapeito existe nove fôjos, grandes buracos contendo no fundo muitas púas apontadas e em cima é coberto com aterro falso sobre o qual plantão ervas e outros matos a não aparecer ali indícios de minerações” (Bley, 7 mar. 1868, p.73).

Foi nesses fojos que três homens da escolta de Bley caíram e se feriram gravemente. Passados 14 anos, esse acontecimento ainda estava vivo na memória da população sertaneja de Rio Negro, e Jacques Ourique o registrou da seguinte forma:

Enterrados os mortos e plantadas sobre as sepulturas 7 cruces, que ainda tive ocasião de vêr, quando passei por esse ermo e sinistro lugar, a expedição seguiu nos rastos dos fugitivos. Um dia depois chegou a um ponto do sertão, onde se via estreita trilha pela qual enveredaram cautelosos. Inesperadamente, pouco antes de acabar a trilha divisaram na clareira onde esta ia dar, alguns ranchos de construção recente e, num destes, evidentes mas não tanto a causar suspeita, alguns objetos, como um cestinho de taquara, um arco, etc. (Ourique, 1899, p.356)

Os Xokleng tinham preparado a trilha de modo que de certa distância era possível ver a clareira com os ranchos onde estavam objetos que eram apreciados pela população sertaneja local, mas entre o início da trilha e os ranchos estavam as mortíferas covas:

os homens da testa da fileira, que seguiam pela trilha, prepararam as armas e avançaram com os olhos fitos na clareira e nos objetos que distinguiam. De subitito o da frente pisou terreno falso e cahiu n'um fojo: os dous immediatos, por um movimento instintivo recuaram sobre os da retaguarda e sahindo da trilha lateralmente cada um para seu lado, cahiram tambem em outros dois fojos. Já os companheiros percebendo a especie de perigo, se conservaram immoveis e prompts a receber os bugres. (Ourique, 1899, p.356-357)

Os Xokleng não apareceram, já tinham avaliado o poderio bélico da escolta do subdelegado e deviam estar bem longe. Mas impediram a escolta de prosseguir, obrigando-a a finalizar a perseguição e retirar-se com os feridos até a fazenda da Estiva, de onde haviam partido.

Esse aparato de defesa da aldeia Xokleng – covas com estacas apontadas e trincheiras ao longo da trilha – levou o subdelegado João Bley a deduzir que deveria haver brasileiros ou índios civilizados entre os grupos Xokleng da região. Pois, no seu entender, os “botocudos ... não terião a lembrança de fazer parapeitos para se deffenderem das balas na acção de combate” (Bley, 7 mar. 1868, p.73).

A astúcia da invisibilidade e os fojos no entorno da aldeia foram as estratégias utilizadas pelos Xokleng para não permitir que a bem armada e alimentada escolta punitiva do subdelegado de Rio Negro os encontrasse.

A estratégia da visibilidade e do estabelecimento de relações

Quando Joaquim Francisco Lopes definiu com o presidente da Província do Paraná o modo como ele iria contatar os Xokleng, estava subentendido que utilizaria sua vasta experiência de contato com os Kaingang e os Guarani-Kayowá no norte da Província e no Mato Grosso. Essa experiência significava ir a campo com gente habilitada no reconhecimento dos vestígios deixados e “chamar por meios brandos os índios”. Pressupunha o estabelecimento do contato com a oferta de presentes, e para isso Lopes levava um carregamento. Se possível, Lopes fazia o contato e estabelecimento de conversações mesmo que a distância, pois tinha noções da língua kaingang, parecida com a língua xokleng. Evidentemente, os homens que acompanharam Lopes também estavam bem armados, mas havia a resolução de não utilizar as armas a não ser em última instância, na defesa da expedição. Isso diferenciava sua ação da escolta enviada por João Bley. Enquanto sua missão era atrair os Xokleng “por meios brandos”, o da escolta de Bley era puni-los por terem matado os tropeiros.

Assim que atravessaram o rio São João e começaram a subir suas vertentes do lado sul, no dia 24 de março, a expedição começou a ser seguida pelos espias Xokleng. Isso foi detectado por Lopes, que colocou em ação seus “meios brandos” para contatá-los: “Dechamos-lhes presentes – machados e formões” (Lopes, 17 abr. 1868, p.274). Três dias depois, estavam nas serras divisoras dos rios São João e Itajaí, e os vigias indígenas continuavam seguindo-os: “Ao cair da noite, um selvagem gritou por outro que lhe respondeu” (Lopes, 17 abr. 1868, p.274). Imediatamente Lopes passou a empregar todos os meios para atraí-los e poder conversar com eles, mas, como não conseguiu, deixou novos presentes, agora peças de ferro.

Diferentemente do que acontecera com a escolta de Bley, os Xokleng deram sinal de sua existência para Lopes, e este, conhecedor de seus sinais, procurou contatá-los. Relatando a experiência com os Postos de Atração dos Índigenas que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) tentava implementar na região de Itaiópolis em 1914, José Maria de Paula descreveu algo semelhante ao que havia ocorrido com Joaquim F. Lopes 46 anos antes, quando anotou que: “foram os índios os primeiros a bradar. Depois dessa manifestação, para nós altamente significativa dos intuítos amistosos de que se acham animados os índios...” (Paula, 1914, p.2).

O contato entre os Xokleng e a expedição de Lopes estava estabelecido, eles tinham recolhido os presentes e dado sinais de sua presença, mas ainda não se haviam mostrado visualmente. Lopes seguiu pelo espigão do Itajaí e São João até o divisor do rio Negrinho, onde no dia 31 de março de 1868 encontrou a aldeia permanente dos Xokleng, a que continha as trincheiras e os fojos. Essa aldeia permanente estava localizada num platô coberto de pinheiros e taquarais, era local rico em alimentos no período da queda dos pinhões, que ia de abril a junho. Ali os Xokleng não só coletavam os pinhões como abatiam diversos tipos de roedores e pássaros que deles se alimentavam. Foi nesse local que um dos batedores Xokleng lhes falou em “grossas vozes”, disse Lopes. Esse foi um passo importante, porque o índio comunicou-se diretamente com os membros da expedição, os quais não entenderam o que ele lhes falava. Assim, procuraram entretê-lo com toques de uma buzina até a chegada de novos presentes, deixados em outro acampamento. Espalharam os presentes pela aldeia e se retiraram, mas antes ouviram os espias “modulando a voz com mais satisfação – levavam os presentes”. Estavam estabelecidas as estratégias dos dois lados para uma aproximação maior. Na manhã do outro dia, Lopes repetiu o ritual do dia anterior: foi até a aldeia dos fojos e deixou mais presentes. “Ahi fallou-nos outro indio de vóz mais fina que nos saudou ao clarear o dia

com toque de bombo” (Lopes, 17 abr. 1868, p.274). Antes de se retirar rumo a Rio Negro, a expedição ainda teve contato com o primeiro espia Xokleng, e para ele deixaram uma buzina de presente.

Com isso, Lopes dava por encerrada sua missão. Conseguira estabelecer o contato com os Xokleng, por meios brandos, conforme previra desde sua audiência com o presidente da Província. E os Xokleng tinham conseguido despistar seus perseguidores enviados pelo subdelegado João Bley, e estabelecido relações com a expedição de Joaquim Francisco Lopes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XIX, os territórios Xokleng da Serra do Mar e do Planalto Sul-Brasileiro estavam sendo devassados com intensidade crescente. No planalto, a população nacional expandia suas fazendas e criava vilas ao longo da Estrada da Mata, aberta no início do século XVIII. Do litoral, subindo a Serra do Mar, as novas levas de migrantes europeus avançavam com novas estradas e colônias em direção ao oeste. Os territórios Xokleng iam diminuindo conforme essas duas frentes de ocupação avançavam.

A literatura histórica regional e a literatura antropológica mostram que os Xokleng reagiram a essa ocupação com ameaças, assaltos armados e mortes de muitos dos colonos e tropeiros que adentravam seus territórios, e sofreram represálias com mortes, raptos de crianças e mulheres e destruição de aldeias inteiras por parte de forças paramilitares organizadas pela população regional, os chamados bugreiros.

Mas a história das relações dos grupos Xokleng com a população do entorno e com as autoridades imperiais e provinciais é muito mais complexa que a simples reação à invasão de suas florestas, campos e pinheirais. Os Xokleng desenvolveram formas de lidar com os invasores que iam além da simples reação aos ataques que sofriam. Tinham paciência para preparar meticulosas emboscadas, como a que foi feita em Passo Ruim; sabiam dissimular e esconder os vestígios de suas caminhadas; faziam estruturas de proteção de suas aldeias principais; examinavam cuidadosamente e conheciam os objetivos de cada um daqueles que penetravam em seus domínios, traçando formas e estratégias para lidar com eles, o que se exemplificou com seu comportamento diferenciado diante de duas expedições que foram à sua procura logo após o ataque praticado em Passo Ruim.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. Ofício. 26 Fev. 1854. p.97.

1293. Ofício de Joaquim Francisco Lopes ao Presidente da Província em 4 jan. 1868. Arquivo Público do Paraná AP 276.3.33. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 963, flash 1, cx. 7.

1297. Ofício do Subdelegado de Polícia João Bley ao Chefe de Polícia da Província Carlos A. Ferraz. Rio Negro, 17 jan. 1868. Arquivo Público do Paraná, AP 274.1. 183-185. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 961, flash 4, cx. 7.

1298. Ofício de Joaquim Francisco Lopes ao Presidente da Província. Rio Negro, 30 jan. 1868. AP 276.3. 21-23. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 963, flash 1, cx. 7.

1298. Ofício do Subdelegado João Bley a Joaquim Francisco Lopes, 30 jan. 1868. AP 276.3. 21-23. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 963, flash 1, cx. 7.

1299. Ofício de Joaquim Francisco Lopes ao presidente José Feliciano Horta de Araújo. Rio Negro 2 fev. 1868. AP 278.5. 45. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 963, flash 7, cx. 7.

1309. Ofício do Subdelegado de Polícia de Rio Negro João Bley ao Chefe de Polícia da Província Carlos Augusto Ferraz de Abreu. Rio Negro, 7 mar. 1868. AP 279.6. 71-73. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 966, flash 1, cx. 7.

1301. Ofício de Joaquim Francisco Lopes ao presidente José Feliciano Horta de Araújo. Rio Negro, 2 mar. 1868. AP 280.7.95. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 966, flash 1, cx. 7.

1309. Ofício de Joaquim Francisco Lopes ao presidente José Feliciano Horta de Araújo. Rio Negro, 7 mar. 1868. AP 279.6. 71-73. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 966, flash 1, cx. 7.

1317. Ofício de Joaquim Francisco Lopes ao presidente José Feliciano Horta de Araújo. Curitiba, 17 abr. 1868. AP 281.8. 273-277. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 966, flash 9, cx. 7.

1318. Ofício de Joaquim F. Lopes ao Presidente da Província. Curitiba, 25 abr. 1868. AP. 281.8. 268. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 966, flash 9, cx. 7.

1319. Ofício de Joaquim F. Lopes ao Presidente da Província. Rio Negro, 7 maio 1868. AP. 282.9, p.228. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 935, flash 3, cx. 7.

1327. Ofício do Subdelegado da freguesia de Rio Negro ao Secretário de Polícia da Província do Paraná e outros documentos. Rio Negro, 1 mar. 1868. AP 281.8. 231-250. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 966, flash 9, cx. 7.

1327. Ofício de Joaquim F. Lopes ao Presidente da Província. Rio Negro, 2 maio 1868. AP 281.8. 231-250. Código de referência BR APR PB 001. Microfilme rolo 966, flash 9, cx. 7, p.236.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Astolfo G. de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, v.20, n.1, 2007.

ARAÚJO, José Feliciano H. de. Instruções para o cidadão Joaquim Francisco Lopes – enviado em comissão a freguesia do Rio Negro... *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p.2, 22 jan. 1868.

_____. Parte Oficial Governo Provincial. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p.1-2, 22 jan. 1868.

CHMYZ, Igor. (Coord.) *Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica Foz do Areia*. Curitiba, Convênio Copel-UFPR, 1981.

DE MASI, Marco Aurélio. *Xokleng 2.860 a.C.: as terras altas do sul do Brasil*. Tubarão: Ed. Unisul, 2006.

DEEKE, José. Os indígenas do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n.6/7, p.101-132, 1967.

HANKE, Wanda. Los indios Botocudos de Santa Catarina. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v.6, p.45-106, 1947.

HENRY, Jules. *Jungle People*. New York: Vintage Books, 1964.

IRIARTE, José; BEHLING, Hermann. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental archaeology*, v.12, n.2, p.115-127, 2007.

LOPES, Joaquim Francisco. Publicação pedida – Serviços prestados ao Brasil por Joaquim Francisco Lopes. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p.2-3, 29 jan. 1868.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Aduino (Org.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.237-249.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

_____. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. *Patrimônio e Memória*, São Paulo: Unesp, v.10, p.5-16, 2014.

- MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. *Diálogos*, Maringá, v.2, n.2, p.149-175, 1998.
- _____. A *Revista do IHGB* e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). *Diálogos*, Maringá, v.10, n.1, p.117-142, 2006.
- NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê no Sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye et al. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p.17-55.
- _____. Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Org.) *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2000. p.9-51.
- OCHSZ, Theodoro. Parte Oficial Governo Provincial. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, p.1-2, 22 jan. 1868.
- OPPITZ, Fernando. Carta doando dois crânios ao Museu Paranaense. *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 13 abr. 1886, p.3; e 16 abr. 1886, p.3.
- OURIQUE, Jacques. Botocudos. In: PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1899. p.345-358.
- PARANÁ. Extracto do expediente da presidência no mez de fevereiro – dia 6. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 29 fev. 1868, p.3.
- PARELLADA, Claudia Inês. Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. *Revista de Arqueologia*, n.17, p.117-119, 2004.
- PAULA, José Maria de. Memória sobre Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo SPI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 20., Rio de Janeiro, 1924. *Annaes...*, v.1, p.117-137.
- _____. Relação dos serviços e informações prestadas pelo Inspetor José Maria de Paula após seu regresso da viagem que fez aos Postos Itaiópolis e Santa Catarina, datado de 5 de junho de 1914. Rio de Janeiro. Museu do Índio – Serviço de Proteção aos Índios, Microfilme 075, fotogramas 0115 a 0126, 1914.
- PIAZZA, Walter. Arqueologia do vale do Itajaí: sítio cerâmico Rio Plate (SC. VI - 19). *Cadernos de Blumenau*, Blumenau, v.9, n.1, p.6-14, 1968.
- _____. Dados à Arqueologia do Litoral Norte e do Planalto de Canoinhas. In: PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS 5, Publicações Avulsas, n.26. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974. p.53-66.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- SOARES, Juliana. Aspectos comuns da organização social Kaingang, Xavante e Bororo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v.2, n.1, p.44-67, jan./jun. 2008.

- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela C. da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.87-102.
- WIIK, Flavio. Xokleng. (verbete). Disponível em: pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng; Acesso em: 31 out. 2015.

NOTAS

- ¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)/Assis.
- ² Repercutiram o acontecimento os jornais curitibanos: *Dezenove de Dezembro* (22 jan. 1868) e *Commercio do Paraná* (30 jan. 1868); o catarinense *O Despertador* (n.538, 17 mar. 1868), o paulista *Ypiranga* (n.168, p.3, 20 fev. 1868) e o cearense *Pedro II* (n.49, 3 mar. 1868).
- ³ Sobre a discussão da etno-história nos Estados Unidos e a história indígena no Brasil ver MOTA (2014).
- ⁴ No Brasil, muitos são os pesquisadores que têm tratado da história dos povos indígenas nas últimas quatro décadas, não caberia aqui um balanço desses autores, mas é necessário destacar, pela perspectiva antropológica, os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha e João P. de Oliveira Filho, e, de um ponto de vista histórico, os trabalhos de John M. Monteiro.
- ⁵ Para mais detalhes ver SOARES (2008, p.44-67). Para uma síntese antropológica sobre os Xokleng, ver o verbete *Xokleng*, de Flavio WIIK, disponível em: pib.socioambiental.org/pt/povo/xokleng; Acesso em: 31 out. 2015.
- ⁶ Para um balanço sobre a presença dos Xokleng no Planalto Sul-Brasileiro e as implicações com a Tradição Taquara, ver DE MASI (2006). Sobre a continuidade histórica entre os Jê do Sul e as tradições arqueológicas Itararé e Taquara, ver NOELLI (2000 e 2004), PA-RELLADA (2004, p.117) e ARAÚJO (2007, p.27).
- ⁷ Cf. Ofício de Fernando Oppitz doando dois crânios encontrados nesse abrigo ao Museu Paranaense em 7 abr. 1886. *Gazeta Paranaense*, n.82, 13 abr. 1886, p.3, e n.85, 16 abr. 1886, p.3.
- ⁸ Sobre esse assunto há também a descrição de HENRY (1964, p.185-188).
- ⁹ Cf. PIAZZA (1968, p.6-14). Em entrevistas com alguns anciãos Xokleng, eles afirmaram o uso e a fabricação de artefatos cerâmicos anteriores à pacificação em 1914. Essa informação sobre a fabricação e uso da cerâmica também está em HANKE (1947, p.52) e em HENRY (1964, p.172).
- ¹⁰ Para as datações da presença dos Jê no Sul do Brasil, ver NOELLI (2004, p.35); especificamente para a região dos rios Iguaçu e Negro, ver CHMYZ (1981), que data um sítio em União da Vitória em 1475+/-60 anos AP, e PIAZZA (1974), que data dois sítios ao sul do rio Negro em 1290 e 1660 A.D.

¹¹ Cf. PARANÁ. Extracto do expediente da presidência no mez de fevereiro, dia 6. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 29 fev. 1868, p.3.

¹² Para mais detalhes sobre essas diferenças no trato com os índios no Império, ver MOTA (1998). Sobre as Colônias Indígenas implantadas pelo Império no Paraná, ver MOTA (2000).

¹³ Lopes esclarece que *bombo* era um “instrumento feito de cedro (espécie de cocho) com cinco palmos de comprimento e 4 ½ a circunferência que serve para acompanhamento de suas danças” (LOPES, 17 abr. 1868, p.274).